

Ministério da Defesa Nacional

Força Aérea

Procedimento: Concurso Público NPD n.º 5024012644

CADERNO DE ENCARGOS

**RÁDIOS MULTICANAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA
SEPARAÇÃO DE 8.33 KHZ NOS CANAIS DE VOZ DOS
EQUIPAMENTOS DE SOLO UTILIZADOS NO SUBSISTEMA DE
BACKUP DAS TORRES DE CONTROLO DO NO SERVIÇO
MÓVEL AERONÁUTICO**

Índice

PARTE I CLAÚSULAS JURÍDICAS.....3

Cláusula 1.ª Objeto.....	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	4
Cláusula 3.ª Prazo.....	5
Cláusula 4.ª Obrigações principais do adjudicatário.....	5
Cláusula 7.ª Inspeção e Testes.....	7
Cláusula 8.ª Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	7
Cláusula 9.ª Aceitação dos bens.....	8
Cláusula 10.ª Garantia técnica.....	8
Cláusula 11.ª Objeto do dever de sigilo.....	9
Cláusula 12.ª Prazo do dever de sigilo.....	9
Cláusula 13.ª Acesso às instalações.....	9
Cláusula 14.ª Preço base.....	10
Cláusula 15.ª Preço contratual.....	10
Cláusula 16.ª Condições de pagamento.....	10
Cláusula 17.ª Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 18.ª Força Maior.....	11
Cláusula 19.ª Resolução de contrato por parte do contraente público.....	12
Cláusula 20.ª Resolução de contrato por parte do fornecedor.....	13
Cláusula 21.ª Foro competente.....	14
Cláusula 22.ª Cessão da posição contratual e subcontratação.....	14
Cláusula 23.ª Comunicações e notificações.....	14
Cláusula 24.ª Deveres de colaboração recíproca e informação.....	15
Cláusula 25.ª Contagem dos prazos.....	15
Cláusula 26.ª Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias.....	15
Cláusula 27.ª Legislação aplicável.....	16

PARTE II CLAÚSULAS TÉCNICAS 17

Cláusula 28.ª Objecto.....	17
Cláusula 29.ª Local de entrega dos bens e prestação do serviço objeto de contrato.....	21
Cláusula 30.ª Verificação das condições dos locais.....	21
Cláusula 31.ª Gestão do Projeto.....	21
<i>O adjudicatário será responsável pelo planeamento, gestão e execução de todos os aspetos deste projeto, prestando conhecimento da sua evolução ao longo do tempo à autoridade técnica da Força Aérea designada para tal. Para este fim, são consideradas as seguintes condições:</i>	
Cláusula 32.ª Discriminação dos trabalhos objeto do contrato.....	23
Cláusula 33.ª Orientações Gerais.....	23
Cláusula 34.ª Características Gerais.....	24
Cláusula 35.ª Supervisão, Gestão e Controlo.....	24
Cláusula 36.ª Documentação.....	25
Cláusula 37.ª Ensaios de Recepção e Aceitação.....	25

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLAÚSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a **“AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE DE SEPARAÇÃO 8.33 kHz PARA OS CANAIS DE VOZ DOS EQUIPAMENTOS DE RÁDIO DE SOLO UTILIZADOS NO BACKUP DAS TORRES DE CONTROLO NO SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO (SMA) DA FORÇA AÉREA”**, cujas condições técnicas específicas se encontram expressas na Parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.
2. Os trabalhos decorrerão dentro de um ambiente de operação em aeródromo, sendo que a observação das regras aplicáveis em matéria de segurança de voo devem ser sempre previamente revistas e cumpridas, dado que os trabalhos ocorrerão em Torres de Controlo de Tráfego Aéreo que já possuem sistemas rádio operacionais, sendo essencial acautelar e verificar a salvaguarda de funcionamento desses sistemas existentes e dos novos a instalar.
3. A instalação deverá ser executada respeitando o ambiente operacional e radioelétrico existente nas Torres de Controlo, sendo que a observação das regras e regulamentos internacionais aplicáveis em matérias de estações rádio aeronáutico é essencial, sendo que eventuais deficiências de instalação podem levar à ocorrência de incidentes ou acidentes aeronáuticos.
4. Todos os trabalhos em matéria de radiação eletromagnética devem ser alvo de verificação prévia de modo a garantir a salvaguarda de funcionamento sem interferências nem degradação dos sistemas rádio existentes, incluindo as frequências publicamente declaradas em AIP, incluindo os canais de emergência.
5. Qualquer referência, nas peças deste procedimento, a fabricantes ou proveniências determinadas, processos de fabrico específicos, marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, considera-se acompanhada da menção “ou equivalente”.

Cláusula 2.^a**Contrato**

1. A execução do contrato obedece:
 - a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - c. À restante legislação e regulamentação aplicável.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos integrado pelo programa do procedimento;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.
5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
6. Quando a redução do contrato a escrito não tenha sido exigida ou tenha sido dispensada, entende-se que o contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do CCP.

Cláusula 3.^a**Prazo**

1. O fornecimento e a instalação dos equipamentos objeto do presente contrato deverá ocorrer no prazo máximo de **6 (seis) meses** após a assinatura do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.^a**Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

- a. Fornecimento e instalação dos equipamentos objeto do contrato, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;
- b. Garantia dos bens fornecidos;
- c. Fornecer e instalar os bens nos locais elencados na cláusula 29.^a do presente caderno de encargos;
- d. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, na pendência da execução contratual, as informações e os esclarecimentos relativos ao fornecimento e instalação dos equipamentos, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
- e. Entregar à entidade adjudicante, antes dos testes de aceitação, a totalidade da documentação técnica relativa aos bens e serviços prestados, quando justificável;
- f. Obter comprovativo de aceitação dos bens pela entidade adjudicante;
- g. Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que a entidade adjudicante tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
- h. Todas as despesas e custos com documentos, assim como os custos e despesas de transporte, inerentes ao objeto do contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.
- i. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;

- j. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
- k. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- l. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- m. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;
- n. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos equipamentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- o. Coordenar com a entidade adjudicante a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante;
- p. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- q. Todos os encargos relativos à execução do objeto do presente procedimento correm por conta do adjudicatário;
- r. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções se exigidas no presente procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1 — O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas que constituem a Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 — O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, com a entrega dos bens, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles, designadamente os respetivos certificados de conformidade.

3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 — O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, instalados e/ou disponibilizados, nos termos do disposto na Cláusula 29.^a da Parte II deste Cadernos de Encargos.
2. Quando surgirem casos de força maior que possam determinar prorrogação do prazo de entrega, o Adjudicatário deve requerer, por escrito, no próprio dia ou logo que possível à Entidade Adjudicante, autorização para entregar o material além desses prazos, indicando a data em que propõe fornecê-lo e expondo os motivos que a tal obrigam. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de não aceitar como válidos os motivos expostos para o atraso, desde que devidamente justificado.

Cláusula 5.^a

Inspeção e Testes

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais igualmente definidos nas referidas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 7.^a

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 7.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da Entidade Adjudicante.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Entidade Adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstas nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.^a

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário deverá garantir os bens fornecidos pelo prazo de 3 anos, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a instalação ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Entidade Adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva substituição, fixando um prazo razoável para o efeito.

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 10.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de **10 anos**, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.^a

Acesso às instalações

1. A entidade adjudicante garante ao adjudicatário o acesso às instalações para a execução do presente contrato.

2. A entidade adjudicante define com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário e todos os funcionários que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança que, em cada momento, sejam estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.

Cláusula 12.^a

Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de **333.333,33 € (trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor estimado do presente procedimento foi apurado com base em processos de aquisição anteriormente executados de natureza idêntica.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao desembaraço, fiscalizações, transporte, entre outros.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

Pela fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor à data da emissão da fatura, se este for legalmente devido.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão/receção da Entidade Adjudicante, via Portal da Fatura eletrónica FE-AP, com notificação ao Gestor do Contrato.
3. Para os fornecedores não abrangidos pela obrigatoriedade de adesão ao Portal FE-AP, as faturas originais, deverão ser endereçadas por correio eletrónico para o Gestor do Contrato.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. Em caso de atraso da entidade adjudicante no pagamento do preço contratual, tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 15.^a**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução do objeto do contrato, de 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b. Por cada dia de interrupção da prestação do serviço, de 0,5% do preço contratual;
 - c. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço contratual.
2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.
4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a**Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.
3. Não constituem força maior:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo fornecedor, de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.
6. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para estabelecer a situação.

Cláusula 17.^a

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e do direito de indemnização nos termos gerais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório,

no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. Quando os bens fornecidos não corresponderem às características técnicas estabelecidas neste caderno de encargos;
 - b. Quando a demora na entrega e instalação dos bens exceder em trinta dias o prazo fixado no contrato;
 - c. Quando a demora na entrega e instalação dos bens, após eventual rejeição nos termos fixados na Cláusula 9.^a, exceder em sessenta dias à data da notificação;
 - d. Quando o Adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado nas Cláusula 3.^a e Cláusula 6.^a;
 - e. Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
 3. A resolução do contrato não invalida o disposto na Cláusula 10.^a, nem o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Cláusula 18.^a

Resolução de contrato por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2, do artigo 332.º do CCP.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.
5. Nos termos do artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 19.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, em função dos critérios legais vigentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do n.º 1 do artigo 319.º CCP.

Cláusula 21.^a

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
6. Nas comunicações efetuadas, sempre que estejam em causa matérias classificadas, devem cumprir-se as normas nacionais estabelecidas para o efeito.

Cláusula 22.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente, impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, é afetada a execução do contrato.

Cláusula 23.^a

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a

Compromisso ambiental. Medidas fitossanitárias

1. Na execução do contrato, o Adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que estejam ao seu alcance, inerentes ao cumprimento da sua proposta, no estrito cumprimento da diversa legislação ambiental aplicável.

2. À Entidade Adjudicante compete tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações em matéria de direito ambiental, tendo por base o Considerando 37 da Diretiva 2014/24/EU.
3. Pretende-se, considerando as normas e objetivos da União Europeia, uma contratação pública sustentável, alicerçada no acordo de vontades realizado entre a Entidades Adjudicante e os Adjudicatários, visando a concretização de ideais ambientalmente sustentáveis.

Cláusula 25.^a

Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.^a

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pelo Adjudicatário de um conjunto de equipamento rádio para funcionamento no Serviço Móvel Aeronáutico, incluindo a colocação em serviço dos respectivos canais de voz em banda aeronáutica militar e de emergência, cumprindo toda a regulamentação internacional aplicável nesta matéria.
2. A instalação de todos os sistemas radioelétricos deve ser previamente verificada e submetida a validação de compatibilidade, sendo necessário para tal observar os demais sistemas radiantes existentes em cada Torre de Controlo de Tráfego Aéreo.
3. Os equipamentos a fornecer deverão ser instalados e integrados para funcionamento no Serviço Móvel Aeronáutico em cada local, bem como no sistema de gestão centralizada que monitoriza e controla do estado global operativo do Serviço Móvel Aeronáutico da Força Aérea e que funciona em rede. Os equipamentos a fornecer deverão ser instalados nos seguintes locais e quantidades:

Local de Operação	Backup Torre
	TWR+APP
BA1	1
BA5	2+2
BA6	1
BA8	1
BA11	2+2
CT	2
DGMFA	1
Sobresselentes	2

4. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pelo Adjudicatário dos equipamentos indicados, com as especificações técnicas e quantidades indicadas, incluindo todos os trabalhos preparatórios, de instalação, adequação ao local de instalação, estudo e demonstração da compatibilidade eletromagnética. Faz parte do contrato a disponibilização das instâncias lógicas dos equipamentos rádio instalados em plataforma de monitorização e controlo, que será harmonizada e compatibilizada com a plataforma existente, expandindo ou adaptando essa plataforma existente para acomodação das facilidades de supervisão dos novos equipamentos a instalar.

5. No final da instalação, todos os equipamentos rádio que constituem o SMA da Força Aérea (26 equipamentos existentes cujas frequências de operação estão publicamente disponíveis para consulta em AIP, juntamente com os novos equipamentos a fornecer) terão que estar configurados e deverão ser controlados a partir de uma só plataforma de gestão centralizada, conferindo integridade e continuidade de exploração, suporte, supervisão, controlo, registo de eventos e histórico de alarmes e avarias.
6. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pelo Adjudicatário dos seguintes equipamentos, com as especificações técnicas e quantidades em seguida indicadas:

Item	Designação do equipamento	Especificações técnicas	Qtd
1	Rádio Transceptor VHF/UHF	<p>1) Construção e Desenho:</p> <p>a) Capacidade de Emissão e Receção;</p> <p>b) O rádio deverá ser modular, com o módulo TX separado do módulo de RX, compacto e todos os componentes devem ser de fácil acesso aos técnicos de manutenção, de fácil desmontagem e montagem;</p> <p>c) Cada conjunto de rádios, rádio VHF (TX+RX) e rádio UHF (TX+RX), devem ocupar uma altura máxima de 3U e com as dimensões de bastidor 19”;</p> <p>d) Disponibilidade: deve ser a maior possível, garantindo pelo menos um valor de MTBF superior a 15.000 horas, e de MTTR não superior a 30 minutos;</p> <p>e) Os equipamentos deverão suportar os protocolos analógico e EUROCAE ED-137 (VoIP) para integração na estrutura existente;</p> <p>f) Os equipamentos deverão possuir no mínimo 2 portas Ethernet (para VoIP e RCMS-Remote Control and Monitoring) e permitirem 10 ligações SIP e 4 sessões adicionais para gravadores;</p> <p>g) Capacidade de gestão/monitorização remota através da consola referida em 2.</p> <p>h) Deverá ser incluída uma solução de integração e interoperabilidade com as plataformas de gestão “RRC7700” da JOTRON e de monitorização “FAROS” em utilização na Força Aérea, permitindo que, após instalação, configuração, teste e validação, os bens a fornecer formam um sistema integrado e funcional em conjunto com os rádios 8.33 kHz JOTRON TA-7650 e RA-7203 existentes nas Torres de Controlo em cada local de instalação.</p> <p>i)</p> <p>2) Características Elétricas (Gerais – Emissores e Recetores):</p> <p>a) Banda de frequência VHF: 118-144 MHz, sem alteração de qualquer componente, obrigatoriamente sintetizado;</p> <p>b) Banda de frequência UHF: 225-400 MHz, sem alteração de qualquer</p>	16 EA

		<p>componente, obrigatoriamente sintetizado;</p> <p>c) Estabilidade de frequência: $\leq 1.0\text{p.p.m.}$;</p> <p>d) Modulação AM;</p> <p>e) Espaçamento de canais VHF: 25 kHz e 8,33 kHz;</p> <p>f) Espaçamento de canais UHF: 25 kHz;</p> <p>g) Alimentação: tensão 220/230 AC (-10%, +15%) /50 Hz +/- 2%, com fonte de alimentação interna ou externa ao equipamento;</p> <p>h) Ciclo trabalho: deverá suportar um funcionamento contínuo 24 horas ininterrupto com um ciclo de 100%;</p> <p>i) Interoperável com os equipamentos JOTRON TA-7650 e RA-7203 (VHF/AM) em utilização na FAP;</p> <p>j) Deverão ser incluídos e interoperáveis com as plataformas de gestão (MDT da JOTRON) e monitorização (FAROS) em utilização na FAP.</p> <p>3) Características Elétricas (Emissores):</p> <p>a) Potência máxima de saída: 50W, configurável desde 1W a 50 W;</p> <p>b) Deverá existir proteção contra desadaptações de saída, sem causar danos ao equipamento, mantendo o equipamento operacional em potência baixa;</p> <p>c) Nível de entrada de modulação: ajustável entre -40 e +10dBm em linha equilibrada de 600 Ohm;</p> <p>d) Os equipamentos deverão permitir o funcionamento com microfone local.</p> <p>4) Características Elétricas (Recetores):</p> <p>a) Impedância de entrada: 50 Ohm;</p> <p>b) VSWR: melhor que 2:1;</p> <p>c) O limite do squelch deverá ser ajustável de -112dBm a -65dBm e o sinal/ruído de 5dB a 20dB.</p> <p>d) O limiar de abertura do squelch deve ser configurável na condição de RSSI or S/N ou RSSI and S/N.</p> <p>e) Saídas de áudio: ajustáveis entre -36 e +10 dBm, em linha equilibrada de 600 Ohm.</p> <p>f) Deverá permitir a possibilidade de muting externo comandado pelo emissor da mesma frequência</p>	
2	Controlo Remoto	<p>a) Capacidade de gestão remota do item nº 1, nomeadamente para monitorização, alteração de frequências, de potência e de Squelch.</p> <p>b) Capacidade de controlo até 8 rádios (4 canais);</p> <p>c) Deve possuir a funcionalidade Quick Replay, para permitir reproduzir a última comunicação recebida.</p> <p>d) Todos os parâmetros e definições de cada rádio que são configurados e monitorizados no painel, podem ser acedidos a partir da plataforma RCMS, sendo igualmente possível visualizar o analisador de espectro</p>	14 EA

		<p>de cada recetor.</p> <p>e) Deve possuir duas portas Ethernet para a operação e sinalização remota, via Ethernet (IP);</p> <p>f) Deverá possuir altifalante e microfone embutidos;</p> <p>g) Deverá possuir interface Lemo para microfone ou headset;</p> <p>h) Alimentação: tensão 220/230 AC (-10%, +15%) /50 Hz +/- 2%, com fonte de alimentação interna ou externa ao equipamento. Com alimentação DC redundante e por PoE;</p> <p>i) Deverá ser fornecido com um microfone de mão com PTT, por equipamento;</p> <p>j) Deverá permitir o encaixe em bancada: dimensões max.: 230mm (W) x (4U)178mm (H) x 150mm (D);</p> <p>k) Deverá ser incluída uma solução de integração e interoperabilidade com as plataformas de gestão “RRC7700” da JOTRON e de monitorização “FAROS” em utilização na Força Aérea, permitindo que após instalação, configuração, teste e validação os bens a fornecer formam um sistema integrado e funcional em conjunto com os rádios 8.33 kHz JOTRON TA-7650 e RA-7203 existentes nas Torres de Controlo, em cada local de instalação.</p>	
3	Antena	<p>Antena UHF omnidirecional;</p> <p>Operação na banda de frequência UHF, nomeadamente entre 225-400 MHz.</p> <p>Ganho 0dB (2.2dBi)</p>	28 EA
4	Braçadeira	<p>1. Braçadeiras de Plástico 390mm x 7.76mm</p> <p>2. Sacos de 100 peças</p>	15 EA
5	Arrestores RF	Proteção cabo coaxial contra surtos de descargas atmosféricas	50 EA
6	Clamps	Cada <i>clamp</i> deverá permitir a fixação de dois cabos coaxiais de ½”	500 EA
7	Cabo coaxial	Ecoflex 15 Plus	200 m
8	Ferramenta de corte de cabos coaxiais	RFS TRIM-SET-L12-C02. Combination preparation tool (Universal Trimming Tool), CELLFLEX Cable 1/2" for connector family. Omni Fit C02	1 EA
9	Fichas N	Fichas N-Macho para cabo referido no ponto	40 EA
10	Manga Termoretrátil	Manga termoretrátil preta com 30mm diâmetro (+-1 mm) com cola e resina	30 m

11	Diversos	Instalação, integração em rede em plataforma integrada e unívoca de gestão e testes de aceitação.	1 por cada local / instalação
----	----------	---	-------------------------------

Cláusula 27.^a

Local de entrega dos bens e prestação do serviço objeto de contrato

Os bens referidos na cláusula anterior serão colocados à disposição da Entidade Adjudicante, nas instalações da Força Aérea (Torres de Controlo de Tráfego Aéreo), onde os rádios serão operados, na condição DDP (INCOTERMS 2020), designadamente em: Base Aérea n.º 1 (Sintra), Base Aérea n.º 5 (Monte Real), Base Aérea n.º 6 (Montijo), Base Aérea n.º 8 (Ovar), Base Aérea n.º 11 (Beja) e DGMFA (Alverca).

Cláusula 28.^a

Verificação das condições dos locais

O adjudicatário deverá, após a assinatura do contrato, efetuar uma visita aos locais de instalação a fim de verificar que estão reunidas todas as condições para a instalação do sistema. No final desta visita o adjudicatário deverá elaborar um relatório a submeter à Força Aérea em que identifica os locais de instalação e as condições específicas que não deverão ser alteradas até à instalação dos equipamentos.

Cláusula 29.^a

Gestão do Projeto

O adjudicatário será responsável pelo planeamento, gestão e execução de todos os aspetos deste projeto, prestando conhecimento da sua evolução ao longo do tempo à autoridade técnica da Força Aérea designada para tal. Para este fim, são consideradas as seguintes condições:

- a) No dia seguinte à assinatura do contrato, o adjudicatário terá que indicar o nome e contactos (telemóvel e e-mail) do seu gestor do projeto, que deverá ter toda a autoridade executiva dentro da organização do adjudicatário e que funcionará como elemento de contacto preferencial entre o adjudicatário e a Força Aérea. O gestor de projeto será o responsável pela gestão diária de todos os aspetos do projeto, incluindo o planeamento e condução dos testes de aceitação;
- b) A Força Aérea poderá, caso assim o entenda e justifique, solicitar a substituição do gestor de projeto nomeado, em qualquer altura do contrato;
- c) Na mesma data, a Força Aérea, terá de indicar o nome e contactos do seu gestor do projeto;
- d) Com a assinatura do contrato é entregue o programa detalhado dos trabalhos, que obrigatoriamente reflete a gestão diária do projeto, incluindo o planeamento, programação, recursos humanos e materiais, monitorização e controlo de todos os trabalhos;

- e) O programa detalhado dos trabalhos, que terá de ser aprovado pela Força Aérea nos primeiros cinco dias úteis após a sua entrega, deverá ser submetido a apreciação sob ficheiro de “Microsoft Project®” ou equivalente, e calendarizará todos os trabalhos relativos ao contrato, suas dependências, bem como ações e decisões a serem tomadas, quer pela Força Aérea, quer pelo adjudicatário. Caso não seja aprovado, o adjudicatário deverá submeter novas versões para aprovação conforme os requisitos indicados pela Força Aérea, num prazo máximo de 48 horas.
- f) Todas as datas definidas no programa detalhado dos trabalhos deverão contabilizar férias e feriados do adjudicatário e da Força Aérea, não servindo de justificação para qualquer pedido de adiamento.
- g) O adjudicatário preparará reuniões de progresso do projeto, destinadas a discutir o seu estado, analisar os progressos, definir estratégias caso se registem atrasos e resolver questões emergentes.
 - i. A agenda destas reuniões terá que considerar, pelo menos:
 - 1. Análise e revisão do programa de trabalhos detalhado;
 - 2. Análise das próximas etapas do projeto;
 - 3. Outros assuntos que, quer a Força Aérea, quer o adjudicatário, considerem relevantes.
 - ii. As reuniões serão realizadas nas instalações da Força Aérea com uma periodicidade quinzenal. Em caso de comum acordo, este procedimento pode ser alterado.
 - iii. Deverão estar presentes nas reuniões de progresso os seguintes representantes:
 - 1. Gestor de projeto do adjudicatário;
 - 2. Gestor de projeto da Força Aérea;
 - 3. Quaisquer outras pessoas cuja presença os representantes acima citados considerem relevante.
 - iv. No início de cada reunião deverá ser entregue a respetiva agenda e programa de trabalhos detalhado atualizado, bem como a ata da reunião anterior que será assinada, nesta altura, pelos gestores de projeto do adjudicatário e da Força Aérea.
 - v. Após cada reunião o adjudicatário elaborará a respetiva ata, que deverá ser enviada por correio eletrónico ao gestor de projeto da Força Aérea no prazo máximo de dois dias úteis após a reunião, juntamente com a cópia eletrónica do programa de trabalhos detalhado atualizado. O documento deverá ser aprovado pela Força Aérea nos primeiros dois dias úteis após a sua entrega. Caso não seja aprovado, o adjudicatário deverá submeter novas versões para aprovação conforme os requisitos indicados pela Força Aérea, num prazo máximo de 48 horas.

Cláusula 30.^a**Discriminação dos trabalhos objeto do contrato**

1. Aquisição, configuração e entrega dos bens mencionados na Cláusula 28.^a.
2. Ao adjudicatário competirá o fornecimento e instalação dos equipamentos objeto do contrato e compreende todas as ações inerentes a trabalhos desta natureza, nomeadamente:
 - a) A instalação e integração dos equipamentos e sistemas a fornecer, nomeadamente as ligações aos sistemas Voice Communications System (VCS/VCX-IP) das respectivas Unidades Base;
 - b) A instalação e integração dos sistemas existentes descritos neste Caderno de Encargos;
 - c) O teste e calibração dos sistemas;
 - d) O fornecimento do conjunto de sobressalentes, ferramentas e de equipamentos de teste, se aplicáveis;
 - e) O fornecimento de todo o software do sistema em suportes originais, bem como toda a documentação técnica e logística definida no presente Caderno de Encargos;
 - f) O treino do pessoal para operação e manutenção.
3. Está incluído no contrato o fornecimento de cópias de todo o software instalado, no mínimo de uma cópia por pacote de software.

Cláusula 31.^a**Orientações Gerais**

1. Os equipamentos a fornecer devem estar em conformidade com a legislação, e demais normas e especificações internacionalmente aceites aplicáveis, nomeadamente, com o definido em:

Applicable Legislation, Standards and Guidelines	
EC 1265/2007	Commission Regulation (EC) No 1265/2007 of 26 October 2007 laying down requirements on air-ground voice channel spacing for the single European sky
IR 627/2013	Commission Implementing Regulation (EU) No 657/2013 of 10 July 2013 amending Implementing Regulation (EU) No 1079/2012 laying down requirements for voice channels spacing for the single European sky Text with EEA relevance
IR 2017/2160	Commission Implementing Regulation (EU) 2017/2160 of 20 November 2017 amending Implementing Regulation (EU) No 1079/2012 as regards certain references to ICAO provisions.
4444 PANS	Air Traffic Management
Annex 10 Vol II	Volume II- Communication Procedures including those with PANS status, and amendments
Annex 10 Vol III	Volume III - Communication Systems
	EUROCONTROL Guidelines on 8.33kHz channel spacing for military operators

2. Aplicando-se regulamentação internacional, os equipamentos a fornecer devem ser verificados, antes e após a sua instalação, sendo sempre mandatória a demonstração de funcionamento dos rádios e dos sistemas coexistentes nas Torres de Controlo de Tráfego Aéreo.

Cláusula 32.^a

Características Gerais

1. Após a aceitação, os equipamentos deverão ficar aptos a operar continuamente sob a influência de todas as condições ambientais e de alimentação de energia elétrica especificadas.
2. Os alarmes dos equipamentos a instalar deverão obedecer às recomendações do ITU-T aplicáveis, serem sinalizados localmente e com a possibilidade de serem reportados remotamente.
3. Os equipamentos deverão funcionar normalmente na gama de temperaturas ambientais de -10 °C a +50 °C e em condições de 0% a 95% de humidade relativa.
4. Os equipamentos deverão operar com uma tensão de alimentação elétrica de 230 VAC e ter circuito de corte e proteção individual.

Cláusula 33.^a

Supervisão, Gestão e Controlo

1. Todos os sistemas deverão ter a capacidade de monitorização e gestão tanto local como remota. Têm de permitir o acesso através de *web browser* ou em *software* de gestão apropriado a ser fornecido pelo adjudicatário.
2. O sistema deverá ter a capacidade de registar o histórico dos alarmes e avarias.

3. No final da instalação, todos os equipamentos a fornecer deverão ficar devidamente configurados para permitir a sua monitorização, supervisão e controlo a partir de uma só plataforma de gestão, remota e em rede, que consiste no elemento centralizado e unívoco de gestão, monitorização, registo e eventos e registo de histórico de todos os rádios do Serviço Móvel Aeronáutico (SMA). A solução de supervisão, gestão e controlo deverá permitir o agrupamento da monitorização dos equipamentos por Torre de Controlo e deverá incluir os equipamentos novos a fornecer e os demais equipamentos pertencentes ao SMA que já se encontram em funcionamento, sem degradação do seu estado operativo, nem perda de informação histórica do tempo de funcionamento, eventos, alarmes nem configurações.

Cláusula 34.^a

Documentação

1. O adjudicatário deve fornecer manuais, para todos os equipamentos e software, quer para operação quer para manutenção e administração, em papel e em formato eletrónico. O formato eletrónico deve ser PDF e/ou formato editável/selecionável.
2. Os manuais devem estar escritos em língua inglesa e podem ser também fornecidos em português.
3. Como mínimo devem ser fornecidos, nas datas indicadas, os documentos mencionados na tabela seguinte, sem excluir outros documentos solicitados neste caderno de encargos:

Nº	Aplicação do documento	Versão provisória		Versão definitiva	
		Entrega	N.º de cópias	Entrega	N.º de cópias
1	Manuais de operação e de manutenção	15 dias antes da entrega dos sistemas	1	Aceitação	1
2	Manuais do curso	Não Aplicável		Antes da formação	1 por aluno
3	Manual dos Testes de Aceitação	15 dias antes da entrega dos sistemas	1	2 dias antes da data dos testes	1

Cláusula 35.^a

Ensaio de Receção e Aceitação

1. Após a conclusão dos trabalhos (fornecimentos e serviços), incluindo os testes previamente efetuados pelo adjudicatário comprovativos da qualidade do sistema, e justificativos que pode operar dentro dos parâmetros previstos, o adjudicatário comunicará à entidade contratante que todas tarefas estão concluídas para se efetuarem os testes de aceitação.

2. A aceitação é efetuada após a conclusão satisfatória dos testes de aceitação que procuram aferir o correto funcionamento de todo o sistema, de acordo com os requisitos expressos nas especificações técnicas, e a sua integração com os sistemas existentes.
3. A execução dos testes de aceitação é da responsabilidade do adjudicatário.
4. Os testes de aceitação deverão cobrir, no mínimo, as seguintes áreas:
 - a. Inventário do sistema, software e documentação;
 - b. Verificação do correto funcionamento do sistema em operação;
 - c. Teste dos diversos elementos do sistema e verificação da correta integração dos mesmos;
 - d. Teste das reações do sistema a falhas e erros induzidos (funcionamento degradado);
 - e. Operação contínua do sistema por um período mínimo de 15 dias consecutivos sem falhas (será avaliado apenas o funcionamento do sistema objeto deste contrato).
5. No caso de algum subsistema e/ou equipamento não ser elegível para aceitação, o adjudicatário elaborará um relatório onde descreve a razão para a falha que motivou o incumprimento do especificado por parte do equipamento e as próximas ações que desenvolverá no sentido de resolver o problema e submeter este subsistema a nova aceitação provisória, no mais curto espaço de tempo.